

O ENSINO DE ODONTOLOGIA NO PIAUÍ

Leonardo Borges Ferro (UFPI/UESPI)

GT 11 - História, Memória, e Educação

Na atualidade tem-se dado grande ênfase na História da Educação, à busca dos modelos e formas utilizadas no passado pela educação. Esta procura apresenta revelações surpreendentes, de obstinações e superações da realidade, oportunizando avanços sociais em vários setores, inclusive na saúde e na educação. No Brasil a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) possui um grupo de estudo da História da Educação, que vem publicando importantes trabalhos nesta área. A Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) foi criada e tem impulsionado e aglutinado a pesquisa neste campo, promovendo os Congressos Brasileiros de Histórias da Educação (CBHE) e publicando a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). O grupo HISTEDBR, coordenado por Demerval Saviane tem constituído importante conexão de grupos de pesquisadores em diversas instituições de ensino superior no país, principalmente no que se refere à coleta e organização de fontes para os estudos da temática em questão.

O estudo da História da Educação é muito importante para termos a autocrítica da nossa realidade atual, a professora Amparo Ferro (FERRO 200, p. 19) nos coloca essa afirmação da seguinte forma:

“... o conhecimento do passado é fundamental para que se entenda em profundidade os aspectos atuais do ensino, se possa evitar os erros do passado e preparar as ações futuras com mais eficiência.”¹

No Piauí há um vasto campo de estudo sobre a história da educação, que vem sendo estimulado e valorizado, assim como todos os estudos regionais da história da Educação em cada estado, numa tentativa de resgatar a pluralidade de formas como a educação evoluiu no Brasil, haja visto que inicialmente o registro destas memórias era restrito aos centros dos quais emanava o poder político. Deste modo grande parte da história da educação simplesmente não era documentada. O Piauí, como estado periférico em relação ao poder federal, permanece com boa parcela de sua história educacional ainda por ser resgatada, não obstante os grandes esforços realizados nos últimos anos, muitas vezes de maneira heróica, por professores e pesquisadores no sentido de reverter este quadro. Este esforço vem se concentrando principalmente no Mestrado em Educação da UFPI².

O estudo da memória do curso de odontologia da UFPI está inserido em um projeto mais abrangente já em andamento, o resgate da história da Universidade Federal do Piauí, que temos conhecimento de estar sendo desenvolvido e inclui trabalhos de dissertações e iniciação científica. Dentro dos estudos nesta área de conhecimento destaca-se o projeto “Memória da UFPI – Vários Olhares”, que fomenta e desperta o interesse pelo estudo deste tópico específico dentro do universo maior que é a história da educação brasileira. Este estudo serviu de alicerce e âncora para o presente trabalho, que pretende ser um aprofundamento de um dos ramos vislumbrados na pesquisa anterior.

¹ FERRO, Mairo do Amparo Borges. *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1996. p. 19.

² Citando alguns destes pesquisadores temos: BRITO. Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí, Enfoque Normativo Estrutura Organizacional Processo de sistematização*. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996; LOPES. Antônio de Pádua C.. *Imagens do Masculino e do Feminino: Co-Educação Profissão Docente no Piauí (1874-1910)*; in Pesquisa em História da Educação Perspectivas de Análise Objetos e Fontes, Belo Horizonte. HG editora, 1999; SOARES. Norma Patrícia Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): Reconstruindo uma memória da Formação de Professores*. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI, 2004; FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1996; PASSOS. Guiomar de Oliveira. *Universidade Brasileira e atitude de Classe: A Prática Docente entre 1930 e 1960*. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI, 1997; entre outros.

No ano de 2004 a Universidade Federal do Piauí (UFPI) completa 33 anos de sua fundação. É chegada a hora do resgate das memórias da fundação desta instituição e das faculdades que lhe deram origem. Há a necessidade do registro das memórias dos personagens que estiveram envolvidos diretamente neste movimento de implantação da UFPI, pois com o passar dos anos o tempo se encarrega não só de cobrir com seu véu as memórias não registradas, como destruir documentos, e principalmente levar consigo as pessoas que viveram este período tão importante da história educacional piauiense.

Coloca-se de maneira relevante a história do curso de odontologia, como um dos cursos precursores da UFPI, desde a formação do “Movimento pró-Faculdade de Odontologia do Piauí” nos idos de 1947, passando por todas as movimentações, e articulações para que no ano de 1961 fosse iniciado o primeiro curso da área da saúde no Piauí. É importante ressaltar também a árdua batalha para o reconhecimento do curso perante o Ministério da Educação, o processo de estadualização da faculdade (SANTOS NETTO, 1998)³. Todos estes fatos são parte da memória não só do ensino odontológico, mas também da própria Universidade Federal do Piauí que nasce fruto do sucesso e da aglutinação das faculdades preexistentes. Desta forma, o que pretendemos é dissertar sobre a História e Memória do Curso de Odontologia na Universidade Federal do Piauí.

O estudo é alicerçado na História Cultural, e é com este enfoque que analisamos os documentos escritos, relatos orais, e fotografias e outras formas de iconografia por nós estudadas e desenvolvemos todo o estudo em questão. Em relação aos textos impressos, Roger Chartier (CHARTIER, 1980)⁴ nos coloca alguns pontos a serem avaliados sobre os documentos escritos e a reconstrução dos fatos nele contidos, quando diz que é necessário considerar a relação entre três pontos, o texto, o objetivo que lhe serve de suporte, e a prática que dele se opera. O autor ressalta a divergência de interpretação sobre o mesmo texto impresso, dependendo do tipo de leitura realizada, mais aprofundada, mais superficial, do grau de formação do leitor, do humor deste leitor, da maneira que este documento chega ao público alvo. Até mesmo pequenas diferenças de impressão podem alterar a forma de entender de um mesmo texto. Além disso, é importante ressaltar que documentos escritos oficiais ou não, nunca são imparciais, sua impressão sempre está impregnada pelos objetivos do autor do texto, por suas expectativas, e interesses. Outro ponto importante a ser avaliado é o acesso ou não a este texto, pois nem mesmo a manutenção de documentos é imparcial, muitos são perdidos e outros são arquivados, a ausência de um documento pode ser um dado importante a ser levado em conta. A identificação dos interesses pela seleção de quais arquivos devem ou não ser mantidos é importante para melhorar a compreensão da visão histórica.

Maria Cecília Cortez de Souza (SOUZA, 200)⁵ qualifica a escola como lugar de memória, aqui ela se refere a escola de ensino fundamental, talvez de ensino médio, mas esta qualificação é cabível também para as escolas de nível superior, que tinham uma diagramação característica, com disposição de carteiras, uma relação própria de aluno e mestre, uma cultura própria dos alunos, assim como a escola relatada por ela. É bom ressaltar também que como na escola de primeiras letras, na faculdade a visão dos alunos é diferente da dos professores, da dos funcionários, há também toda uma iconografia em relação a formatura dos novos profissionais. Esta miscelânea de informações gera uma pluralidade de visões, e várias formas de se revelar ou de se entender esta história.

³ SANTOS NETTO, Antonio Fonseca. *A Organização Universitária e suas Interfaces com as Estruturas de Poder no Piauí*. Dissertação de mestrado. Teresina: UFPI, 1998.

⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990.

⁵ SOUZA, Maria Cecília Christiano Cortez de. *Escola e memória*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

Dentro do campo do estudo da História Jacques Le Goff (LE GOFF, 1994)⁶ define magistralmente as dificuldades, e os percalços deste caminho, quando diz que a História não trata do passado, nem das concepções do historiador enquanto tais, mas da inter-relação entre estes aspectos. Acrescentaríamos o aspecto da visão do leitor, colocando assim a História como um tripé entre os aspectos do passado, as concepções do Historiador e as visões do público alvo..

Neste trabalho de história a imparcialidade foi buscada firmemente, segundo a definição de Génicot (GÈNICOT, 1985)⁷ quando ele diz que a imparcialidade é intencional, e a objetividade inconsciente. Que o historiador não tem o direito de prosseguir uma demonstração, de defender uma causa, seja ela qual for, a despeito dos testemunhos, ou seja não cabe ao historiador defender pontos de vistas ideológicos a despeito dos fatos, o Historiador é um homem fruto do seu tempo impregnado pelas idéias e ideologias de sua época, é-lhe impossível ser totalmente imparcial, mas a busca pela imparcialidade deve ser o norte buscado pelo historiador, sua fidelidade às fontes deve sobrepujar suas convicções pessoais. Que deve estabelecer e evidenciar a verdade ou o que julga ser a verdade. Mas que lhe é impossível ser objetivo, abstrair das suas concepções de homem, notadamente quando se trata de avaliar a importância dos fatos e as suas relações e as suas relações causais. Neste trabalho nós buscamos incansavelmente a verdade, ou pelo menos o que julgamos ser a verdade. Esta dissertação é a nossa visão sobre os depoimentos, documentos escritos e iconográficos analisados, certamente é apenas uma das várias possibilidades de análises que este acervo pode proporcionar.

Definido o Problema, o Objetivo da pesquisa, e o embasamento teórico metodológico estamos realizando entrevistas com pessoas fontes, sejam elas professores, alunos, servidores, e até mesmo pacientes da Faculdade; coletando fontes escritas, e iconográficas; bem como pesquisando os arquivos da Faculdade em busca de informações oficiais. Assim estamos pesquisando diversos tipos de fontes, que tratadas de acordo com a linha da História Cultural, darão uma miscelânea de informações que serão o arcabouço da nossa dissertação.

É importante observar que durante todo o decorrer da dissertação tentaremos dialogar com a bibliografia sobre o tema usando a metodologia indicada.

O universo de historiadores no final do século passado expandiu-se de maneira vertiginosa, a história vem passando por profundas transformações tanto no que tange os objetos de estudo como em relação ao prisma de avaliação destes objetos. A história política se divide, surge a história social, que se fragmenta. Neste ambiente a nova história cultural é questionada por Peter Burk (BURK, 1992)⁸ e quanto a sua essência, seu tempo de surgimento entre outras indagações.

A nova história cultural surge com esta denominação na França ligada a escola dos Annales, e neste ponto esta história é definida pela contraposição à concepção de que a história tradicional é a única forma possível de se fazer história. Os objetos desta contraposição são os paradigmas da história tradicional como única forma de história. Sendo estes paradigmas principalmente: a negação da história política, a história nacional e internacional, em detrimento ao regional e local, como única forma de ver a história (a

⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Editora UNICAMP, 3ª ed., Campinas, 1994.

⁷ GÈNICOT, L.. *Simple observations sur la façon d'écrire l'histoire*, em "Traux de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université catholique de Louvain". XXIII, section d'histoire 4, 1985.

⁸ BURK, Peter, *A nova história seu passado seu futuro*, in A Escrita da História novas perspectivas. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1992. pg 07-37.

política aqui citada refere-se ao estado, à nação); outro ponto é análise das estruturas em detrimento da simples narrativa feita pela história tradicional; a história cultural também desloca o foco da narrativa que anteriormente era feita de cima, a partir dos grandes homens, e passa a analisar o cotidiano do homem prosaico. Um aporte de muita relevância foi a contestação do documento como única fonte de pesquisa científica dentro da história. Por fim o alicerce da objetividade histórica tradicional, da apresentação dos fatos, cai diante da nova história cultural.

A nova história cultural não é tão nova quanto o nome sugere, é inegável a importância da Escola dos Annales nesta construção e expansão atual, mas estes estudos e lutas remontam ao século dezoito, a grande novidade que surge, ai sim, a partir das contribuições e avanços deste grupo é o crescimento dos historiadores preocupados com esta escrita da história, e principalmente sua recusa em ser marginalizado dentro do campo da história.

A nova história também tem suas dificuldades. Problemas de definições, afinal o que é a história vista de baixo? Quem está em baixo, o cotidiano local ou o povo? e afinal quem é este povo? O que é então esta cultura estudada?. Neste contexto surge também a necessidade do historiador ir em outras áreas das ciências esquadrihar respostas para tais indagações, este ponto é um dos grandes méritos da história cultural, a aproximação da história a outras ciências sociais, como a sociologia, literatura, psicologia, etc. Por outro lado esta aproximação causa a fragmentação deste campo e dificulta a síntese.

Diante destas colocações parece-me claramente que a História cultural surge da necessidade de preenchimento de lacunas deixadas pela tradicional historiografia positivista, que tinha como foco os acontecimentos relacionados ao poder político, uma tendência à universalização desta escrita, o dogma da apresentação do “fato” histórico contido no documento, única fonte respeitável de estudos históricos, o foco no grande homem, a narrativa do fato. Contra isso os historiadores que unem com intenção de negar esta maneira de fazer história, abrindo-se para as outras ciências como forma de subsidiar seus estudos. E é esta negação o ponto comum destes lentes, que possuem objetos de estudo e fontes os mais diversos possíveis. Assim é a marginalização dos estudos históricos, que não contemplavam os nortes historiográficos tradicionais, que vai ser o aglutinante deste amalgama de grupos diferentes, que juntos pleiteiam a escrita de uma nova história mais abrangente em todos os sentidos.

Sobre isto Maria Juraci Cavalcante Bezerra (BEZERRA, 2003, P. 18-19) faz uma colocação que ao nosso ver é de sertã forma uma síntese desta nova forma de abordar a História Educacional:

“... Em lugar da pretensão de retratar a realidade com precisão científica, com o apoio de fontes documentais apenas oficiais, foram surgindo projetos de estudo voltados para o entendimento de contornos culturais de práticas escolares e educacionais, imersas no nevoeiro do cotidiano de sujeitos anônimos, professores, alunos e cidadãos comuns, analisando instituições, lugares, falas e idéias, ações, e reminiscências, com auxílio das demais ciências sociais.”⁹

A odontologia faz parte do cotidiano do homem antes mesmo deste ter a forma que conhecemos hoje, os ancestrais humanos já se deparavam com problemas de saúde bucal. No Brasil isso não foi diferente, podemos afirmar que a pajelança exercia dentro dos seus rituais a odontologia, o que para eles era suficiente. Porém é com o desembarque dos colonizadores

⁹ BEZERRA, Maria Juraci Maria Cavalcante,. *Sobre o encontro de histórias, idéias e experiências Educacionais no Ceará*. In: BEZERRA, Maria Juraci Maria Cavalcante & Bezerra, Arimatéia Barros Bezerra, organizadores. *Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais*. Fortaleza. Ed. UFC, 2003. p.18-19.

portugueses, que chega ao Brasil toda a mentalidade de cientificidade ocidental, e as primeiras escolas formais no território brasileiro.

No século XVI o Brasil era um grande continente ainda pouco habitado. Neste momento os padres Jesuítas são os grandes desbravadores da Educação no Brasil, disseminando escolas nas mais remotas regiões do território nacional, desde o extremo sul até o norte Amazônico. Estas escolas eram de primeiras letras na sua maioria, porém algumas possuíam ensino médio. De um destes estabelecimentos surgiram os primeiros cursos superiores no Brasil, em Salvador, na Bahia, então capital da Colônia. Porém foram os primeiros curso superiores de fato, mas não de direito, pois a coroa Portuguesa não autorizava e nem reconhecia o diploma de nível superior na Colônia, sendo necessário um estágio em Coimbra para validação do Diploma obtido no Brasil.

A situação do ensino superior na colônia começa a mudar após a transferência de D. João VI e da família real para o Brasil. Com a chegada da família real e toda corte, faz-se necessária a criação de instituições para atender a demanda dos recém chegados, entre estas instituições são criados os primeiros cursos superiores de direito reconhecido pela coroa Portuguesa, são os cursos superiores isolados, ou Cátedras Isoladas, cursos civis e militares, entre eles cursos de anatomia e cirurgia. Cursos extremamente simples, onde os professores Catedráticos, por seus próprios meios, ensinavam seus alunos de forma improvisada. Em 1813 as cátedras independentes de cirurgia e anatomia unem-se dando origem à faculdade de medicina. D. Pedro I já como imperador em 1827 criou os cursos jurídicos em Olinda e São Paulo.

Neste período a odontologia era exercida por pessoas leigas, sem formação adequada, muitos charlatães faziam verdadeiros espetáculos em praça pública para atender à sua clientela. No início do século XII era outorgada pelo Rei a autorização para exercer a odontologia, porém isso pouco contribuiu para mudar o cenário, posto que não havia impedimento para a prática da odontologia e muito menos preparo para receber a licença. Em 1811 foram outorgados diplomas de cirurgiões-barbeiros¹⁰, porém continuava a falta completa de formação básica para os diplomados. Só em 1850 foi outorgado ao diretor de Higiene Público direito de conceder alvará de licença, para exercício desse mister, para quem requeresse, eram exigidos certidão de batismo, folha corrida, e um exame muito sumário, realizado como formalidade. Cabe ressaltar que a exigência da certidão de batismo ao nosso ver era muito mais pelo fato de ser um documento de comprovação de existência mais universalmente reconhecido que o registro de nascimento civil nesta fase do Brasil, que alguma imposição de religiosidade.

No ano de 1862 por intercessão do Barão Diniz, dentista, foi exigido aos que exercessem a “arte dentária” submeter-se a uma prova realizada por uma junta de professores de medicina, das cadeiras de anatomia, cirurgia ou fisiologia, e higiene. Havia uma prova oral e uma prova prática. A prova oral era basicamente sobre os ossos da face, e a prática consistia em realizar uma exodontia em um cadáver em decúbito dorsal, ou seja deitado com o ventre para cima, e muitas vezes já com rigidez cadavérica. Apesar de pouco objetiva, e muito superficial esta foi a primeira seleção que de fato tentou separar os charlatões dos dentistas diplomados. Apesar de tênue, esta diferença foi o marco da separação dos barbeiros e dos dentistas, até então inseparáveis.

¹⁰ A Odontologia era encarada como arte, sendo realizados verdadeiros espetáculos em praça pública, e sendo realizada por pessoas sem o menor conhecimento técnico-científico, o que contribuía muito para o descrédito da profissão. Os barbeiros eram confundidos com os cirurgiões porque eram os detentores dos instrumentos mais afiados, e por isso podiam realizar cirurgias mais rapidamente, o que numa época onde não havia anestesia era fundamental.

O curso de odontologia, como curso superior reconhecido só veio a surgir mais de setenta anos depois do curso de medicina. Pelo decreto 9.311, de 25 de outubro de 1884 anexou-se à faculdade de medicina o curso de odontologia nas faculdades do Rio de Janeiro e Bahia, criando-se para tal fim o cargo de preparador de odontologia, como função integrante da cadeira de cirurgia. Não havia preparação prática durante o curso de odontologia, sendo que a maioria dos professores eram médicos, e apenas alguns dentistas, porém estes estavam impedidos de avaliar os alunos, tarefa reservada aos médicos. Assim, a data de fundação deste curso, 25 de outubro de 1884, é um marco para odontologia brasileira, sendo comemorada como o dia nacional do cirurgião-dentista.

O ensino da odontologia passou ainda por várias dificuldades até conseguir se firmar como curso superior e como ciência. A reforma de 1901 diminuiu a duração do curso de odontologia de três para dois anos. Em 1910 a reforma Rivadávia aboliu o privilégio do diploma, e criou a cadeira técnica na odontologia. Este foi um momento difícil para a odontologia uma vez que o diploma na prática deixava de ter valor, pois qualquer pessoa podia exercer a odontologia com ou sem formação superior específica, porém houve um grande avanço com a introdução de cadeiras técnicas nos cursos de odontologia, o que melhorava muito a formação dos novos odontólogos. A lei Maximiliano de 1915 proibiu os institutos livres de existirem, e impediu a criação de uma faculdade de odontologia independente, devendo esta ser apêndices das faculdades de medicina ou farmácia. Segundo este ministro as escolas odontológicas não eram acadêmicas, pois a odontologia não passava de uma arte sem fundo científico, como a ourivesaria.

Na década de 1930 a reforma Francisco Campos regulamenta finalmente a criação das Universidades¹¹ definindo os critérios necessários para tal, e surgem enfim Universidades duradouras. Nesta lei são definidos os critérios para criação das Universidades. Entre estas orientações legais destacamos: cada universidade seria criada pela união de faculdades, sendo pelo menos três dentre as seguintes: (medicina, direito, engenharia, educação, ciências e letras); ter no mínimo três faculdades com pelo menos 15 anos de funcionamento, etc.

Ainda sobre a reforma Francisco campus Maria de Lourdes Fávero (FÁVERO, 1980)¹² fala sobre os reflexos desta reforma para a odontologia, com a estruturação das Faculdades independentes, e na sua ausência curso anexo à medicina. Sobre os Reflexos no currículo do curso relata:

“Quanto à Odontologia, as cadeiras de clínica e de prótese, a primeira foi ampliada aos importantes domínios da Clínica operatória e da Odontologia –pediátrica e Ortodontia, e a segunda teve seu ensino remodelado em prótese dentária e prótese facial e dos maxilares, atendida, desse modo, as exigências da prática profissional, cujas tendências se acentuavam no sentido crescente especialização.”(FÁVERO, 1980, p.147)¹³.

O Piauí desde os idos do império sempre foi um estado com características diferentes dos demais estados nordestinos, sua colonização deu-se pelo interior ao contrário dos seus vizinhos. As fazendas de gado foram durante muitos anos a fonte de renda mais importante para a região, eram baseadas em grandes latifúndios, e no extensivismo. A população local era muito dispersa, sem grandes centros urbanos, o poder era eminentemente

¹¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de A., *Universidade Brasileira Em Busca de Sua. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.*

¹² FÁVERO, Maria de Lourdes de A., *Universidade & Poder.: análise crítica/ fundamentos históricos. Rio de Janeiro: SEDEGRA Gráficos e Editores, 1980.*

¹³ FÁVERO, Maria de Lourdes de A., *Universidade & Poder.: análise crítica/ fundamentos históricos. Rio de Janeiro: SEDEGRA Gráficos e Editores, 1980. p.147.*

oligárquico. Os fazendeiros tinham não só o poder econômico, mas também o poder político local. Este grupo inicialmente era inculto na sua maioria, pela própria dificuldade de acesso às escolas, pela dispersão populacional, e por que na sua vida diária não sentiram grande necessidade da escolarização, e muitas vezes nem da alfabetização. Poderosos fazendeiros eram analfabetos, sem que isso abalasse seu prestígio, ou seu poder.

Já boa parte dos filhos destes senhores, era letrada, iniciavam os estudos em casa, com aulas particulares, e posteriormente eram enviados para completar seus estudos em outras províncias, principalmente em Pernambuco^{14*}. A já tradicional, Faculdade de Direito do Recife albergou vários destes piauienses, homens estes que eram talhados para ocupar os cargos burocráticos do estado, que carecia de tais funcionários, e posteriormente boa parte destes bacharéis chegaram a ocupar cargos políticos.

No início do século XX o Piauí além de estado fornecedor de gado bovino, passou a participar das exportações nacionais através do extrativismo vegetal, de produtos como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba, entre outros óleos vegetais. O Piauí era um centro exportador sem mercado interno consumidor, totalmente dependente do mercado externo nacional e/ou internacional. Este fato de certa forma mantinha o preço da mercadoria competitivo e lucrativo, pela baixa remuneração da mão de obra local, mas por outro lado tornava o estado muito vulnerável a mudanças nos mercados consumidores. Nas primeiras décadas floresceram também nesta região um novo grupo social, os comerciantes, que estavam diretamente ligados a exportação dos produtos de extrativismo vegetal, e na importação dos produtos consumidos. Estes começaram a almejar um local de destaque junto ao poder, conseguiram grandes avanços na área de infra-estrutura, com desenvolvimento dos entrepostos comerciais locais notadamente da cidade de Parnaíba, que floresceu e teve seu apogeu na época áurea das exportações do estado. Os centros urbanos foram se moldando, a capital Teresina iniciou a aceleração no seu crescimento, com isso aumentou muito a demanda por serviços, principalmente na área da saúde, numa época onde os cuidados com a higiene bucal eram desconhecidos, ou menosprezados pela maioria da população. Os “dentistas-práticos”¹⁵ ocupavam-se apenas em extrair os dentes cariados sem qualquer cuidado profilático ou terapêutico, sem nenhum controle de infecção. Neste cenário surge um grupo interessado em fundar a Faculdade de odontologia do Piauí em Teresina.

No início do século XX o Piauí já contava com um bom contingente de bacharéis, muitos dedicados à docência de ensino secundário. Com estes, surge o interesse pela fundação daquela que seria a pioneira entre as faculdades piauienses, e com apoio do estado é fundada a Faculdade de Direito do Piauí, em 1931.

A Década de trinta do século passado foi assim um marco no ensino superior no Piauí, com a instalação deste nível de ensino no estado. Esta faculdade surge como entidade privada, depois é estadualizada, e novamente privatizada, até ser finalmente federalizada. Além disso, no estatuto de criação da faculdade na parte concernente aos recursos estão ressaltados os recursos públicos para manutenção da mesma. Sobre esta peculiaridade Santos Neto (1998) diz o seguinte: ‘...Fica configurado então, algo interessante: a nova faculdade é particular, mas parece criada e destinada a viver com “auxílio dos Governos.”’.

Em 1940 apenas 8,27% da população total piauiense residia na capital, o que correspondia a 67.641 pessoas, tendo como única possibilidade de curso superior no estado o bacharelado em Direito. Outros grupos, principalmente de profissionais liberais passaram a se organizar para fundar faculdades no Estado, entre eles os odontólogos, e farmacêuticos, que

¹⁴ Outros roteiros em busca de escolarização foram indicados em estudo de *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1996.

¹⁵ “dentista-prático” é a denominação dada ao cidadão que sem formação acadêmica exerce a odontologia. Geralmente são pessoas que trabalharam em consultórios odontológicos, seja como protético seja como atendente de consultório. No Brasil atualmente o exercício ilegal da odontologia é crime previsto no código penal, mas ainda ocorre trazendo muitos prejuízos à população mais pobre, que geralmente são suas vítimas

pretendiam fundar a Faculdade de Odontologia e Farmácia do Piauí. As dificuldades burocráticas para a fundação de uma faculdade com dois cursos superiores fizeram com que o curso de farmácia fosse postergado, sendo concentrados os esforços na fundação da Faculdade de Odontologia.

Durante quase trinta anos a única entidade de ensino superior do Piauí foi a Faculdade de Direito. Somente em 1957 foi fundada a Faculdade de Filosofia, mantida pela Igreja católica, faculdade das mais importantes para o Ensino no estado.

Em 1947 tomam formas as primeiras articulações para fundação da Faculdade de Odontologia do Piauí, com o “Movimento Pró-Faculdade de Odontologia”. Este movimento foi idealizado pelo Padre Alberto de Freitas Santos, diretor do colégio Jesuíta “São Francisco de Sales”, em Teresina, conhecido popularmente como Colégio Diocesano. A idéia foi lançada no dia 12 de outubro de 1947. O padre liderou o movimento que agrupava jovens profissionais liberais, médicos, dentistas, farmacêuticos. O primeiro presidente foi o Dr. Francisco da Chagas Machado Lopes, que liderou o grupo de 1949 à 1956, seu sucessor foi o Dr. Agnelo Sampaio Filho, que ficou à frente do movimento de 1957 à 1958. ainda em 1958 o movimento ganhou personalidade jurídica, com o registro oficial no cartório “João Crisóstomo”.

Em 1959 o Movimento ganha objetividade com a criação e organização da Sociedade Civil Faculdade Odontologia do Piauí, que pretendia ser mantenedora do estabelecimento. O então presidente do Movimento Dr. Oscar Cavalcante regressara há pouco de uma reunião da Associação Brasileira de Ensino de Odontologia ABENO, onde recebeu orientações objetivas para cumprir os trâmites legais para a fundação da Faculdade. Cabe ressaltar que o Dr. Oscar Cavalcante teve uma grande desenvoltura nesta empreitada por ter um bom embasamento jurídico, além de ser cirurgião-dentista, era bacharel em ciências Jurídicas¹⁶, o que lhe facilitou muito no trato com a burocracia legal necessária para levar adiante o sonho do ensino da odontologia. Além deste lado intelectual o Dr. Oscar era também comerciante, sendo proprietário da única loja de materiais odontológicos existentes em Teresina à época.

À frente do grupo e vendo o exemplo da Faculdade de Filosofia há pouco fundada pelo Arcebispo de Teresina D. Avelar Brandão Vilela, Dr. Oscar juntamente com todos os jovens idealistas que o cercavam foram à luta solicitando apoio ao Estado e à Prefeitura. Realizaram festas para arrecadar recursos para a fundação, (Festa da Juventude I, II, III)¹⁷. Empolgados os integrantes da sociedade Civil Faculdade de Odontologia decidiram fundar a Faculdade de Odontologia do Piauí em 19 de junho de 1959. Uma assembléia presidida pelo Dr. João Almeida Costa elegeu por unanimidade o Dr. Oscar Cavalcante como 1º Diretor da Faculdade, porém só em 15 de Julho de 1960 a faculdade foi de fato autorizada a funcionar com o decreto nº 48.525 de 15/07/60.

O primeiro vestibular foi realizado em 1961 nos dias 20 a 22 de fevereiro, os exames foram escritos e orais, e constavam de provas de Biologia, química e física. Foram inscritos 39 candidatos para 25 vagas, mas apenas 23 foram aprovados. O corpo docente à época da fundação era composto de 12 professores fundadores, destacamos: Waldimir Elias Hidd (cirurgião-dentista formado pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará), Dirceu Mendes Arcoverde (médico formado pela faculdade de Medicina da Universidade do Brasil), Francisco da Chagas Franco (cirurgião-dentista formado pela Faculdade Fluminense de Medicina- Escola Anexa de Odontologia), Oscar Olímpio Cavalcante (cirurgião-dentista formado pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, e Advogado Formado pela

¹⁶ BRITO. Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí, Enfoque Normativo Estrutura Organizacional Processo de sistematização*. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.

¹⁷ Estas festas movimentaram a sociedade Piauiense, sendo mencionadas por uma das entrevistadas.

Faculdade de Direito do Piauí), Carlos Maia e Silva (médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia), Sebastião Leal (cirurgião-dentista formado pela faculdade Farmácia e Odontologia de São Luís), João de Almeida Costa (cirurgião-dentista formado pela faculdade de Medicina da Universidade de Recife e Escolas Anexas de Farmácia e Odontologia), Francisco das Chagas Machado Lopes (médico formado pela Faculdade de medicina da Bahia), Creso Genuíno de oliveira (cirurgião-dentista formado pela Universidade do Brasil), Bernardo Pontes Ribeiro de Melo (Cirurgião-dentista formado pela Escola de Farmácia e Odontologia do Estado Ceará), Antônio José Pacífico Marques (cirurgião-dentista formado e pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis). Dos doze professores fundadores 3 eram médicos, 9 dentistas, sendo que um deles tinha uma segunda graduação em direito. O Dr. Oscar foi sucedido na direção pelo médico Dr. Mariano Gayoso Castelo Branco.

O curso foi autorizado a funcionar, mas para ter o diploma reconhecido deveria passar por várias fiscalizações do Ministério da Educação (MEC). Fato pitoresco foi o decorrido por ocasião de uma destas fiscalizações de surpresa, o MEC deveria ser avaliada a biblioteca do curso, que era muito pequena e pobre, então os professores levaram suas bibliotecas pessoais para enriquecer o acervo da instituição e formar uma biblioteca aceitável. em outra oportunidade o MEC exigia, para finalmente reconhecer a instituição, a aquisição de um laboratório de prótese dentária, nesta oportunidade. O então governador Petrônio Portela foi pessoalmente negociar e adquiriu o laboratório de um dentista da cidade.

No ano de 1966 o curso foi oficialmente reconhecido através do decreto do MEC nº 58.032 de 21/03/66, nesta época a faculdade já havia sido estadualizada. As dificuldades de manutenção, e de reconhecimento do curso fizeram com que a entidade fosse estadualizada, e posteriormente pela necessidade de criação da Universidade Federal do Piauí, ele foi finalmente federalizada. A UFPI foi criada em 1968 pela aglutinação das faculdades de Filosofia, Direito, Odontologia, Medicina e Administração. Desde então, o curso de Odontologia tem funcionado ininterruptamente.

Após sua Fundação a UFPI ficou sendo o único centro de formação de odontólogos do estado. Isto perdurou até a última década do século XX, quando a Universidade Estadual do Piauí fundou um curso de Odontologia na cidade de Parnaíba em 1999, e logo após houve uma grande expansão do ensino superior através de entidades privadas¹⁸, surgindo então dois cursos particulares de odontologia em Teresina. Durante muito tempo a UFPI ficou sendo não só a única formadora de cirurgiões-dentistas, como também responsável pela atualização dos dentistas residentes no estado, porém no início dos anos 90 do século XX a Associação Brasileira de Odontologia seção Piauí (ABO-PI)¹⁹, começou a oferecer cursos de especialização em várias áreas, sendo o maior centro de pós-graduação em odontologia do Estado do Piauí.

Finalmente podemos afirmar que a idéia de fundação no Estado de uma faculdade da área de saúde aglutinou pessoas das mais diversas formações, e todas as esferas do poder. Porém esta dificuldade inicial foi superada com grande tenacidade pelo grupo que se empenhou para a fundação da Primeira faculdade da área de saúde do Piauí. O Piauí como estado pobre longe dos centros de poder e riqueza do país, sempre teve dificuldades em obter quaisquer vantagens, ou recursos que para outras regiões eram concedidas com benevolência, o que de certa forma talhou um povo tenaz e obstinado, que luta com audácia em prol dos seus ideais. A história da Faculdade de Odontologia do Piauí é um exemplo claro desta teimosia de trazer conhecimento, e formação para os filhos destas terras áridas, mas cheia de calor humano. Como podemos perceber nas ações e atitudes como: mesmo a Faculdade sendo particular, os professores não recebiam remuneração, o Arcebispo D. Avelar Brandão Vilela foi fiador da

¹⁸ AS faculdades particulares são NOVAFAPI e FACIDI

¹⁹ A ABO-PI já formou turmas de especialização em varias áreas, tais como: endodontia, dentística restauradora, periodontia, prótese, implante.

instituição em várias oportunidades, o prefeito Dr. Hugo Bastos doou um terreno no centro da cidade para a construção da sede da instituição, o governador interveio pessoalmente junto ao MEC para que a faculdade fosse autorizada a funcionar, depois o governo estadual assumiu a responsabilidade pela manutenção e reconhecimento do curso junto ao MEC, tudo isso em prol de um ideal de ensino superior para a grande maioria dos piauienses que não dispunham de possibilidades de se deslocar para outros centros em busca desta formação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BEZERRA, Maria Juraci Maria Cavalcante,. *Sobre o encontro de histórias, idéias e experiências Educacionais no Ceará*. In: BEZERRA, Maria Juraci Maria Cavalcante & Bezerra, Arimatéia Barros Bezerra, organizadores. Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais. Fortaleza. Ed. UFC, 2003
- BRITO. Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí, Enfoque Normativo Estrutura Organizacional Processo de sistematização*. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.
- BURKE, Peter, *A nova história seu passado seu futuro*, in A Escrita da História novas perspectivas. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1992. pg 07-37.
- CAMILO FILHO. José, *Pequena Historio do Piauí*, 2. ed., Teresina: COMEPI, 1986 .
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990 .
- CUNHA, Luis Antônio Cunha. *Ensino Superior e Universitário no Brasil*. In: *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Editora Autêntica,2000.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. *Literatura EscolaR e História da Educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas*. Tese de doutoramento,São Paulo: USP, 2000.
- _____,*Educação e Sociedade no Piauí Republicano*,Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1996.
- FÀVERO, Maria de Lourdes de A., *Universidade & Poder.: análise crítica/ fundamentos históricos*. Rio de Janeiro: SEDEGRA Gráficos e Editores, 1980.
- _____, Maria de Lourdes de A., *Universidade Brasileira Em Busca de Sua*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.
- GÊNICOT, L.. *Simple observations sur la façon d écrire historie*, em “*Traux de la Faculté de Philosophie et Lettres de l’Université catholique de Louvain*”. XXIII, sectiond’histoire 4, 1985.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Editora UNICAMP,3ª ed., Campinas, 1994.
- LOPES. Antônio de Pádua C.. *Imagens do Masculino e do Feminino: Co-Educação Profissão Docente no Piauí (1874-1910)*; in Pesquisa em História da Educação Perspectivas de Análise Objetos e Fontes, Belo Horizonte. HG editora, 1999.
- MARTINS. Agenor de Sousa, et. al., *Piauí Evolução Realidade Desenvolvimento*. 2ª ed., Teresina: Fundação CEPRO, 2002.
- MOURA, Lúcia de F. Almeida de Deus Moura, et. ali., Faculdade de Odontologia de Piauí: da Fundação “Implantação da Universidade”. Trabalho apresentado na V Jornada Acadêmica de Odontologia da UFPI.

NÓVOA, Antônio e FINGER, Mathias. (orgs.). *O Método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa. Ministério da Saúde, 1998.

_____, (org.) *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1988.

_____, (org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992

PASSOS. Guiomar de Oliveira. *Universidade Brasileira e atitude de Classe: A Prática Docente entre 1930 e 1960*. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI, 1997.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do Tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SANTOS NETO. Antonio Fonseca. *A Organização Universitária e suas Interfaces com as Estruturas de Poder no Piauí*. Dissertação de mestrado. Teresina: UFPI , 1998.

SILVA. Forastieri da Silva. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001

SIMON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: CMU-publicações, 1996

SOUZA, Maria Cecília Christiano Cortez de. *Escola e memória*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

SOARES. Norma Patrícia Lopes. *Escola Normal em Teresina(1864-2003): Reconstruindo uma memória da Formação de Professores*. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI, 2004.